

Igualdade e Diferenças – Propostas Pedagógicas
Fernanda Henriques, 1994, Porto: Porto Editora

Afirma-se, neste trabalho, que se procura «desocultar o feminino» (pp. 78), como forma de contribuir para a criação de uma sociedade socialmente diversificada. Através de um conjunto de propostas pedagógicas, para os vários níveis de ensino e numa perspectiva multidisciplinar, em torno da igualdade de oportunidades entre os dois sexos, o trabalho constitui-se como inovador no panorama português, dada a quase inexistência de obras neste domínio.

Apesar de ser um livro sobretudo construído com esse objectivo, não deixa de enquadrar a problemática em questão de forma precisa e estimulante. Assim, começa por se interrogar a compreensão geral que se poderá ter em torno da igualdade entre os sexos, já que genericamente se pensa que não existem razões para nos debruçarmos sobre esta questão: a co-educação está já estendida a todos os níveis da escola pública (pressupondo-se assim que terminaram quaisquer formas de discriminação que poderiam subsistir), assegurando-se o mesmo currículo para rapazes e raparigas; e estas têm obtido níveis de sucesso assinaláveis no sistema educativo.

A autora contra-argumenta no sentido de salientar a forma como será aqui que reside precisamente a complexidade da questão. O facto de tudo «parecer» como ultrapassado e resolvido torna difícil abordar a problemática. No entanto, quando confrontamos a realidade social portuguesa quanto à situação das mulheres, verifica-se que processos anteriores apontados como enunciadores de discriminação se mantêm. Como aceitar que os cargos

políticos no país a nível das suas instituições continuem a ter uma participação feminina tão baixa? A nível de exemplo, a autora indica a Assembleia da República onde só 20 lugares em 230 são ocupados por mulheres; como presidentes de Câmara só 5 em 305; no Conselho de Educação (respeitante a um campo do saber e de actividade maioritariamente feminino só 10 mulheres estão presentes entre 53 conselheiros. Para além de outros processos, a autora sublinha que, no campo do trabalho assalariado a situação não é melhor, já que as mulheres tendem a concentrar-se em áreas «mais precárias e com menor imagem social».

Estes dados permitem-lhe afirmar que existe um desfasamento total entre a situação das raparigas no mundo escolar (em que cada vez mais se toma consciência do seu sucesso escolar, medido em termos de aprovações) e a das mulheres no mundo de trabalho, «na medida em que o mundo de trabalho não só não reflecte a vantagem que as raparigas têm em relação aos rapazes na Escola, como cria uma situação de desigualdade que o quadro escolar torna inexplicável» (pp. 11).

O estudo posiciona-se, pois, perante a importância da igualdade de oportunidades para raparigas e rapazes, focando os textos legais portugueses que o estabelecem desde a Lei de Bases do Sistema Educativo, onde se sublinha a necessidade de fornecer igualdade de oportunidades aos dois sexos. Também as resoluções comunitárias vão nesse sentido, como a autora sublinha. No entanto, também anota que estas orientações não tiveram «ne-

nhuma consequência significativa no conjunto dos documentos ligados à reforma curricular e, desta forma, a igualdade de oportunidades não aparece como uma «meta educativa» de forma assumida (pp. 12-3).

Se a questão da igualdade de oportunidades tem estado por vezes na ordem do dia em Portugal, noutras vemos o poder político menosprezá-la. Não se está apenas a considerar a questão da igualdade de oportunidades de acesso, em que todos teriam o direito de frequentar a escola e mesmo de aceder ao mesmo currículo, independentemente da sua origem social, como na perspectiva enunciada por Coleman (1968). Há que falar de igualdade de oportunidades de sucesso que significa relacionar a «cultura nacional», como lhe chama Raul Iturra, com as outras culturas que se jogam na escola. Trata-se pois de, através de dispositivos pedagógicos, trazer essas culturas para a escola e para a sala de aula. No entanto, aqui a questão é tomar, no centro da problemática, a especificidade do feminino, chamando a atenção de que não basta que se tomem iniciativas que permitam a igualdade de oportunidades na base da cidadania, para que automaticamente a igualdade esteja também assegurada a raparigas. Funciona-se com um universal neutro e, dentro destes pressupostos, não se questiona de facto como é que a igualdade de oportunidades pode ser alargada e aprofundada entre raparigas e rapazes. É isto que esta obra procura pôr em questão, ao sublinhar que a desigualdade existe na própria sociedade, propondo à escola outras formas de animar os seus espaços, de forma a contribuir para uma mudança mais profunda nas vidas femininas e uma reestruturação da cultura.

A obra apresenta três exemplos da ausência de metas educativas quanto à questão de igualdade de oportunidades entre raparigas e rapazes:

A primeira tem a ver com a linguagem usada nos programas, utilizando o masculino como norma (o professor, o aluno, etc) – quando de facto as recomendações vão no sentido de que a linguagem se deve tornar tão descritiva da realidade social e sua diversidade quanto possível, de forma a dar visibilidade tanto a homens como a mulheres. A autora aponta para a forma como esta invisibiliza actividades desenvolvidas pelas mulheres e transmite valores em que o que se presupõe é a centralidade das vidas e percursos masculinos; com esta utilização, também se inviabiliza o acesso das mulheres ao uso público da linguagem, isto é, que a realidade social seja construída nos próprios termos das mulheres – «ao longo dos tempos, as mulheres foram ditas, não se disseram a si mesmas» (pp. 20). Não é muito frequente que os discursos produzidos na esfera pública sejam das próprias mulheres, revelando a sua experiência pessoal e profissional. O recente campo da História das Mulheres propõe não só que a situação feminina possa ser «objecto de estudo» nas Ciências Sociais, mas sobretudo procura dar voz às mulheres, trazer o seu sentido da história nos seus próprios termos, sublinhando algumas das suas perspectivas que «as mulheres fazem história mas não nas circunstâncias da sua própria escolha», diz a historiadora Joan Burstyn.

A segunda área da reforma curricular tem a ver com o campo dos conteúdos programáticos e a autora anota como «não existe uma preocupação transversal de temas sobre a

igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas» (pp. 25) e pelo contrário mantém-se perspectivas androcêntricas. Saberes como «atender às necessidades quotidianas, saber cuidar das suas roupas, saber tratar de uma criança» não são objecto de estudo na escola, e por isso se pode dizer que o «preparar para a vida» é entendido como preparar para o trabalho (de forma redutora e economicista, na perspectiva da Sociologia da Educação).

A terceira área relaciona-se com a formação inicial e contínua de professores e aqui também a problemática da igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas não é tomada nos seus conteúdos e nos reflexos sobre as práticas. E no entanto, como se sublinha no livro, há resoluções comunitárias que enunciam e afirmam a sua importância na área de formação de professores.

E isto leva a inquirir sobre quais as condições que têm impedido às mulheres o reconhecimento da sua presença na esfera pública, em termos de uma não discriminação em relação aos pares masculinos. A autora salienta que as explicações tradicionais, como as do século XIX que fundamentavam o diferente acesso devido a causas biológicas, estão hoje postas em causa. Aliás a diferença que se estabeleceu entre sexo e género tem como finalidade mostrar que as actividades e comportamentos, relacionados com o masculino e o feminino, são fruto da interacção e interiorização de um conjunto complexo de processos, que não pode ser reduzido ao biológico (pp. 20). Nessa linha, Simone de Beauvoir disse em 1949 «não se nasce mulher, torna-se mulher»; Elisabeth Badinter em 1992 reescreveu, lembrando que o mesmo se aplicava aos elementos masculinos: «não se nasce homem,

torna-se homem». Para explicar a longa tradição de vedar o acesso das mulheres à esfera pública, Fernanda Henriques optou, entre outras possibilidades, por debruçar-se sobre o conceito de *estereótipos*, isto é, um conjunto de representações resultado da confusão do que somos do ponto de vista biológico e o que é cultural e que é produto de uma longa construção, que acaba por constituir-se numa extensa «teia» de que é difícil libertarmo-nos (pp. 21). Na perspectiva da autora, são estes estereótipos responsáveis em parte por muito do comportamento humano de agressividade, violência, marginalidade.

A obra apresenta um conjunto de propostas para poderem ser reflectidas e trabalhadas por professoras e professores que se sensibilizem para a questão da igualdade de género nas escolas portuguesas. Pela minha parte, fiquei aliciada com muitas delas, pela variedade, pela forma como se podem articular as várias áreas disciplinares, pela criatividade que mostram, pelos diferentes recursos de que se socorre, pela integração crítica que tenta dentro dos objectivos curriculares existentes. Gostava ainda de salientar as formas de linguagem que são utilizadas no estudo e que, no contexto português, são de facto corajosas. Refiro-me à utilização do uso do masculino e feminino na utilização de adjetivos, pronomes, etc, sempre que o seu uso se refere a homens e mulheres. Tem havido uma resistência grande a reconhecer que a linguagem oculta a existência de muitos dos seres humanos e que o esforço deverá ir na direcção de lhes dar visibilidade.

Como último ponto, que é também uma interrogação, podem salientar-se algumas questões por responder, num estudo que se

sustenta numa perspectiva claramente defensora da escola como instrumento para obtenção de uma maior igualdade, entre os dois géneros: que critérios tomar como medida da igualdade? que igualdade se está a nomear? como se pode pensar a diferença, e que caminhos sociais se prevêm, quando a perspectiva de enquadramento é da «desocultação do feminino»? Embora o âmbito do estudo seja

mais do foro pedagógico, e dele não se esperasse a confrontação com estas questões, podem da mesma forma ser lançadas, como forma de aprofundamento duma problemática, que é cada vez percebida como central para um largo espectro de estudos nas Ciências Sociais.

HELENA C. ARAUJO *

* Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.